



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**ANEXO**

**MINUTA CONTRATO CFTA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**TERMO DE CONTRATO Nº - O  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS  
AGRÍCOLAS (CFTA) E A EMPRESA  
(.....), FIRMAM O PRESENTE  
INSTRUMENTO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE EMISSÃO,  
FORNECIMENTO, ADMINISTRAÇÃO,  
GERENCIAMENTO DE VALE-  
COMBUSTÍVEL.**

Pelo presente instrumento, o **CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA)**, pessoa jurídica de direito público na forma de autarquia federal, criado pela Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 e inscrito no CNPJ sob o nº 35.438.630/0001-27, com **sede administrativa** no SBS Quadra 1 - Bloco K - Lote 29 - Edifício Seguradoras - 11º andar, na cidade de Brasília/DF, CEP nº 70093-900, e **sede operacional** cadastrada sob o CNPJ nº 35.438.630/0002-08, localizada na Rua Doutor Barros Cassal, 180, andar 5º e 6º, sala 504, Bairro Floresta, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP nº 90.035-030, neste ato representado pelo seu presidente, **MÁRIO LIMBERGER**, casado, técnico agrícola, inscrito no CPF sob o nº 172.815.980-68, portador do RG nº 1025955087 SSP/RS, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão, fornecimento, implementação, administração de vale-combustível por meio de cartão magnético e/ou eletrônico com tecnologia de chip de segurança para validação das transações e respectivas recargas mensais de crédito, com gerenciamento do abastecimento nas redes credenciadas de postos de combustível.

**1.2.** O objeto contratado trata-se de serviço comum de caráter continuado, nos termos do artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021 e obedecerá às condições vinculadas no Edital e seus anexos, bem como à proposta comercial ofertada, doravante sintetizados:

PLANILHA DE PREÇOS				
Valor estimado da recarga	Desconto estipulado pelo Contratado	Taxa de administração	Número Máximo de cartões	Valor mensal da recarga + taxa de administração
R\$	%	%	<b>48</b>	R\$
R\$	%	%	-	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>			-	<b>R\$</b>

**1.3.** São partes integrantes deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão eletrônico nº \_\_\_\_\_ e seus anexos, a ata de sessão pública do Pregão e a proposta comercial ofertada, os quais são de observância obrigatória pela CONTRATADA.

**1.4.** Havendo divergência entre as disposições dos documentos integrantes e o presente Contrato, prevalecerão estes últimos.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Ciente de que a CONTRATANTE se caracteriza como autarquia federal, a teor do art. 1º da Lei Federal nº 13.639/2018, a presente contratação, decorrente do processo licitatório nº \_\_\_\_\_, Pregão eletrônico nº \_\_\_\_\_, rege-se pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo de eventuais normas internas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura por todas as partes, admitida a sua prorrogação, a teor dos artigos 105 e 107, ambos da Lei nº 14.133/2021.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Os recursos necessários para suportar as despesas deste instrumento, no presente exercício, correrão por conta da rubrica:

Conta: 6.2.2.1.1.01.02.01.011-Combustíveis e Lubrificantes

Centro de custo: 01.02.01 - ATIVIDADE - Manter e Desenvolver as Atividades de Atendimento, Cadastro e Registro e 02.01.01 - ATIVIDADE - Manter e Desenvolver as Atividades de Gestão Administrativa

**4.2.** As despesas ficam condicionadas à aprovação da disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do artigo 40, inciso V, alínea “c”, cumulado com artigo 105, ambos da Lei nº 14.133/2021.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PREÇO**

**5.1.** O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, considerando o percentual da taxa administrativa.

**5.2.** Durante todo o período contratual, o percentual cobrado, cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os valores correspondentes aos créditos efetivamente disponibilizados a cada cartão magnético.

**5.3.** O percentual da taxa de administração é de \_\_ % (\_\_\_\_\_), aplicado sobre a somatória dos valores do vale combustível efetivamente recarregados mensalmente.

**5.4.** O valor total estimado da contratação é de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**5.4.1.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**5.4.2.** Dos valores contratados serão deduzidos todos os tributos, impostos, taxas ou qualquer outro pagamento que o CFTA deva recolher em detrimento da qualificação jurídica da licitante.

**5.5.** O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

<b>6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO</b>
---

**6.1.** Serão pagos apenas os valores ajustados e efetivamente solicitados de crédito.

**6.2.** O pagamento pelos serviços descritos neste Contrato caracteriza-se pela sua forma pré-paga, isto é, após o repasse de informações necessárias e processamento de cada pedido, a CONTRATADA apresentará a competente Fatura, cujo pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

**6.2.1.** Caso o pagamento seja devolvido ou não seja efetuado por qualquer irregularidade quanto ao atesto ou documental/fiscal, novo prazo de 5 (cinco) dias úteis será disponibilizado para pagamento, contados da data de efetiva correção da irregularidade, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da data de vencimento.

**6.2.2.** A Nota Fiscal poderá ser substituída por fatura ou documento equivalente, observada a legislação aplicável.

**6.2.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá indicar o CNPJ da sede administrativa de Brasília/DF, referenciado no preâmbulo deste instrumento.

**6.2.4.** No campo para descrição da nota fiscal, a CONTRATADA deverá informar os dados bancários para depósito, fazendo constar o banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso opte por esta forma de pagamento.

**6.2.5.** Em caso de pagamento via boleto, a empresa deverá observar as retenções previstas na legislação vigente.

**6.2.6.** No caso de prestação de serviços, sujeitos à retenção de ISS, a nota fiscal que não for entregue ao CONTRATANTE dentro do próprio mês da prestação, deverá ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, sob pena de arcar com os ônus decorrentes, conforme disposto no subitem abaixo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**6.2.7.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.8.** A nota fiscal ou fatura deverá ser encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: [rh@cfta.org.br](mailto:rh@cfta.org.br) e [financeiro2@cfta.org.br](mailto:financeiro2@cfta.org.br).

**6.3.** Os pagamentos estarão sujeitos, no que couber, à retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.3.1.** A nota fiscal deverá discriminar as retenções dos impostos, conforme IN RFB nº 1.234/2012, a considerar IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, sendo opcional, no caso de prestação de serviços, a retenção de ISSQN.

**6.3.2.** A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6.4.** Não será computado atraso no pagamento se este estiver pendente por falta de documentações, atraso na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, incorreções ou mesmo irregularidades quanto às condições de habilitação/qualificação.

**6.5.** A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto contratado somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros. Qualquer dispêndio financeiro para solução de questões vinculadas ao presente contrato, as despesas correrão por conta da CONTRATADA, ficando a CONTRATANTE autorizada a efetuar o abatimento no valor da Nota Fiscal ou Fatura devido à CONTRATADA.

**6.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação e contratação poderão ser verificados mensalmente por ocasião de cada pagamento. Detectada qualquer irregularidade, a CONTRATADA deverá adotar as providências cabíveis para o seu saneamento. Caso a situação não seja sanada durante o período de execução do contrato, a irregularidade poderá constituir impeditivo à continuidade de eventuais ajustes para prorrogação de prazo ou acréscimo contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - TERMOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** A descrição e especificação dos serviços a serem cumpridos pela CONTRATADA são aqueles previstos no Edital e seus anexos, que já é de conhecimento das partes.

**7.2.** A execução dos serviços envolverá as seguintes etapas subsequentes:

**7.2.1.** Verificação da rede credenciada e cumprimento das demais formalidades necessárias;

**7.2.2.** Assinatura contratual;

**7.2.3.** A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA a Ordem para Início dos Serviços (OIS), ocasião em que informará todos os dados e respectivos valores a serem disponibilizados aos beneficiários;

**7.2.4.** No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da entrega da OIS, a CONTRATADA encaminhará o respectivo boleto para pagamento;

**7.2.5.** Verificada a regularidade do pedido e demais documentos pertinentes, a CONTRATANTE promoverá o pagamento;

**7.2.6.** No prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do pagamento, a CONTRATADA deverá:

(a) efetuar remessa dos cartões aos beneficiários da CONTRATANTE;

(b) encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro do CFTA.

**7.2.7.** Para demais recargas mensais, após expedição da solicitação e regular processamento do pedido, o crédito deverá ser disponibilizado aos beneficiários no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contado do momento do pagamento.

**7.3.** Os vales objeto deste instrumento deverão corresponder aos créditos, vales, bilhetes e similares em cartão eletrônico do tipo *smart* ou similar, atinentes às regiões descritas no Termo de Referência, para utilização pelos prepostos do CFTA, junto a rede de estabelecimentos credenciados à CONTRATADA.

**7.4.** O pedido de créditos consiste na realização do pedido do vale combustível que, após a realização do pedido, recebimento da nota fiscal/fatura e seu respectivo pagamento, os valores deverão ser creditados aos beneficiários no período máximo indicado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**7.5.** Os cartões eletrônicos solicitados após a primeira remessa, assim como as solicitações de 2ª via de cartão, deverão ser entregues no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de solicitação.

**7.6.** A CONTRATADA deverá realizar a reposição, sem custo, dos cartões defeituosos e/ou extraviados, furtados/roubados antes de serem entregues à CONTRATANTE, devendo, se necessário, bloquear eventual saldo existente no momento da comunicação do fato ocorrido e creditá-lo a favor do beneficiário, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de bloqueio.

**7.7.** No caso de substituição de qualquer dos cartões para utilização de créditos eletrônicos, os créditos eventualmente disponíveis no cartão substituído serão creditados no novo cartão ou serão devolvidos à CONTRATANTE ou abatidos da fatura mensal subsequente.

**7.8.** Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão, obrigatoriamente, somar-se aos próximos créditos, ficando vedada a sua expiração por decurso de tempo.

**7.9.** Findo o prazo de vigência do contrato, os créditos remanescentes deverão permanecer disponíveis para uso pelos beneficiários por período não inferior a 90 (noventa) dias ou, se ajustado entre as partes, poderá ser integralmente devolvido ao CFTA.

**7.10.** Qualquer situação superveniente que impeça o regular cumprimento dos atos e prazos indicados neste instrumento, a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada, sob pena de caracterização de descumprimento deliberado das obrigações contratuais, culminando na aplicação das sanções pertinentes.

**7.11.** A CONTRATADA será responsável pela eventual falta ou indisponibilidade de produtos e benefícios em formato papel/cartão ou de créditos eletrônicos, responsabilizando-se, ainda, pela disponibilidade dos sistemas e redes de comunicação dos órgãos gestores.

**7.12.** Na impossibilidade de atendimento aos pedidos do CFTA, de abastecimento pelo beneficiário perante a rede credenciada, falha sistêmica ou qualquer situação impeditiva, a CONTRATADA se obriga a devolver eventuais valores pagos pela





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

CONTRATANTE no prazo máximo de cinco dias úteis contados da entrega para a aquisição dos produtos e benefícios.

<b>8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>
--

**8.1.** A CONTRATADA obriga-se a cumprir e fazer cumprir todas as normas e condições estabelecidas neste contrato, no **Edital Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_** e seus anexos, prestando os serviços dentro do melhor padrão de qualidade técnica.

**8.2.** Manter durante a vigência do contrato, no mínimo, o mesmo número de estabelecimentos credenciados, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_**.

**8.3.** Prestar por escrito, por si e seus prepostos, todas as informações sobre a execução dos serviços necessários a esclarecimentos da CONTRATANTE, decorrentes do objeto deste contrato;

**8.4.** Emitir os Cartões Eletrônicos referentes ao Vale Combustível e disponibilizar aos empregados da CONTRATANTE os créditos solicitados e efetuados mensalmente, devendo atentar-se aos prazos e endereços de entrega indicados neste Contrato, no Edital e seus anexos.

**8.5.** Os cartões deverão estar embalados individualmente e com identificação nominal e deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas.

**8.6.** Para a confecção dos cartões individuais de vale-combustível, as informações cadastrais dos beneficiários serão fornecidas à CONTRATADA por ocasião da emissão da Ordem para Início dos Serviços – OIS.

**8.7.** Executar os serviços, pela Taxa de Administração (%), resultante da proposta vencedora da licitação, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais despesas de qualquer natureza.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**8.8.** Efetuar diretamente o pagamento aos estabelecimentos credenciados, no prazo e de acordo com as condições contratuais convencionadas entre o estabelecimento credenciado e a CONTRATADA.

**8.9.** Colocar à disposição da CONTRATANTE profissional responsável pela coordenação dos trabalhos e, quando necessário, realizar reunião de alinhamento com a CONTRATANTE e seus agentes, visando o acompanhamento por parte da equipe técnica do CFTA e bom andamento dos trabalhos.

**8.10.** Atender às observações e reclamações da CONTRATANTE concernentes à execução dos serviços, adotando as providências requeridas nos prazos determinados pela CONTRATANTE.

**8.11.** Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados à CONTRATANTE, aos usuários ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto contratado.

**8.12.** Responsabilizar-se por seus empregados, representantes ou prepostos utilizados na prestação dos serviços, os quais não terão qualquer vinculação empregatícia com a CONTRATANTE, descabendo, por consequência, a imputação de qualquer obrigação trabalhista ou tributária a esta.

**8.13.** Manter completo sigilo, sobre os dados, informações e pormenores fornecidos pela CONTRATANTE, bem como não divulgar quaisquer informações relacionadas com o objeto do contrato decorrente do correspondente certame, sem a prévia autorização dada pela CONTRATANTE, por escrito, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações.

**8.14.** Assumir a responsabilidade civil, criminal e trabalhista por ações e atos de qualquer natureza praticados pelos empregados que prestarem serviços à CONTRATANTE.

**8.15.** Executar o objeto deste contrato, sujeitando-se aos ônus e obrigações estabelecidos na legislação civil, previdenciária, fiscal, trabalhista e acidentária aplicáveis, inclusive quanto aos registros, tributos e quaisquer outros encargos decorrentes da contratação dos serviços que serão executados, os quais ficarão a cargo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

exclusivo da empresa contratada, incumbindo a cada uma das partes as retenções legais pertinentes que lhe competirem.

**8.16.** Fiscalizar os serviços dos estabelecimentos conveniados, de modo a coibir o desvirtuamento da utilização dos Cartões Eletrônicos.

**8.17.** Atender a todo e qualquer legislação aplicável à prestação dos serviços objeto deste contrato.

**8.18.** Apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, a listagem atualizada dos estabelecimentos credenciados e disponíveis para utilização dos beneficiários.

**8.19.** Na ocorrência de descredenciamento de quaisquer dos estabelecimentos indicados pela CONTRATADA, na rede mínima especificada pela CONTRATANTE, a substituição por outro estabelecimento deverá ser feita, no prazo de 10 (dez) dias úteis, porém, mantida a mesma similaridade do estabelecimento substituído.

**8.20.** Emitir ou disponibilizar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios estatísticos sobre a forma de utilização dos Cartões Eletrônicos pelos beneficiários, na forma estabelecida no Termo de Referência, com as seguintes informações mínimas:

**8.20.1.1.** Nome do servidor do CONTRATANTE, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

**8.20.1.2.** Quantidade de cartões eletrônicos emitidos e reemitidos para cada servidor do CONTRATANTE.

**8.20.1.3.** Rede credenciada no qual o abastecimento foi realizado, com data e hora.

**8.21.** Substituir e/ou aceitar a devolução de cartões eletrônicos emitidos com quaisquer defeitos, dados incorretos ou outras irregularidades.

**8.22.** A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos e/ou extraviados, furtados/roubados e, antes de serem entregues, deverá bloquear o saldo existente no momento da comunicação do sinistro, liberando-o após a reposição do cartão.

**8.22.1.** A emissão de segunda via dos cartões, caso não seja isenta, poderá ser cobrada pelo valor máximo de R\$ 5,00 por cartão, deduzido o valor diretamente do crédito do beneficiário desidioso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**8.23.** A CONTRATADA é responsável pela reposição dos créditos utilizados indevidamente através de clonagem do cartão magnético.

**8.24.** Os cartões deverão ser repostos no prazo de 07 (sete) dias úteis contados da data da solicitação feita pelo CONTRATANTE ou diretamente pelo beneficiário, conforme estrutura de atendimento disponibilizada pela CONTRATADA.

**8.25.** A CONTRATADA deverá dispor de Sistema eletrônico de gerenciamento do benefício que possibilite autogestão pela CONTRATANTE com as seguintes funcionalidades mínimas:

**8.25.1.** operações de cadastro;

**8.25.2.** emissão e cancelamento de cartões;

**8.25.3.** emissão e cancelamento de pedidos de crédito/recarga;

**8.25.4.** consulta de saldo e extratos;

**8.25.5.** emissão de relatórios.

**8.26.** Caso a tecnologia ofertada necessite de terminal de recarga/consulta, este deverá ser disponibilizado em todas as unidades informadas, sem nenhum custo para o CONTRATANTE.

**8.27.** Manter, por si e por seus prepostos, a execução da totalidade deste contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

**8.28.** Manter durante toda a execução e vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato de assinatura deste instrumento.

**8.29.** Não contratar e não manter em seu quadro funcional, durante a prestação da totalidade deste contrato, menores de idade nas condições indicadas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, nos termos da legislação vigente e conforme previsto no Edital e seus anexos.

**8.30.** As obrigações previstas são intransferíveis, sendo a empresa CONTRATADA a única e exclusiva responsável.

**8.31.** Comunicar, previamente, à Comissão de Fiscalização, toda e qualquer situação que possa afetar a prestação dos serviços ou que apresente risco para o contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**8.32.** Buscar sanar eventuais riscos e propor melhorias na execução contratual, visando sempre otimização das tratativas e fluxo.

**8.33.** No caso de impossibilidade de acesso à toda rede existente da CONTRATADA, pelos estabelecimentos credenciados ou pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar o procedimento por meio de serviço de atendimento ao cliente, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, de forma a garantir a operação com segurança dos dados imprescindíveis para o CONTRATANTE.

**8.34.** Indicar preposto no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data da publicação do extrato deste contrato, com no mínimo as seguintes informações: nome, número do RG, número do telefone e endereço de e-mail.

**8.35.** Comunicar-se com a CONTRATANTE por meio de ofícios sempre que for tratar de questões que afetem o bom andamento do contrato.

**8.36.** Informar, previamente e por escrito à CONTRATANTE, eventuais adequações que se façam necessárias.

**8.37.** Informar, previamente e por escrito à CONTRATANTE, qualquer situação que possa influir em risco ao contrato, à prestação do serviço ou culminar em inconvenientes ou prejuízos às partes envolvidas.

**8.38.** Respeitar os princípios de direito público e de direito privado aplicáveis à espécie, mormente os princípios da lealdade, boa-fé, transparência, cooperação, previsibilidade e da continuidade dos serviços, evitando ou mitigando eventuais riscos.

**8.39.** Deverá a CONTRATADA observar ainda que:

**8.39.1.** É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

**8.39.2.** É expressamente proibida a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

**8.39.3.** A inadimplência da CONTRATADA não transferirá a responsabilidade pelo pagamento ao CONTRATANTE, tampouco onerará o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**8.39.4.** A CONTRATADA não poderá utilizar ou ceder a terceiros todos os dados, informações e documentos recebidos em razão deste contrato.

**8.39.5.** Os dados da plataforma disponibilizada pela CONTRATADA serão protegidos pelas normas de sigilo das comunicações e da proteção de dados pessoais.

<b>9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</b>
---

**9.1.** Fornecer à empresa CONTRATADA todas as informações necessárias à execução dos serviços provenientes da correspondente licitação e alimentar o sistema da CONTRATADA, conforme suas necessidades.

**9.2.** Fornecer à empresa CONTRATADA listagem contendo os dados dos beneficiários para confecção dos cartões de vales combustível. Após o acesso ao sistema com senha intransferível, a CONTRATADA deverá cadastrar novos beneficiários, ou solicitar a exclusão, conforme necessidade.

**9.3.** Requisitar à empresa CONTRATADA a emissão dos cartões, indicando os valores pertinentes.

**9.4.** Requisitar à empresa CONTRATADA, por meio de transmissão eletrônica para que efetue a inclusão dos valores pertinentes aos benefícios para o período desejado.

**9.5.** Solicitar o cancelamento de Cartões de Empregados desligados do quadro da CONTRATANTE, ou que deixem de fazer jus ao benefício, solicitando quando for necessário o respectivo estorno de créditos indevidos na próxima fatura.

**9.6.** Orientar os seus empregados para que cumpram as determinações legais e não desvirtuem a utilização dos valores creditados em seus respectivos cartões.

**9.7.** Exigir o estrito cumprimento das normas e condições contratuais, sem prejuízo do previsto no Edital e seus anexos.

**9.8.** Rejeitar ou sustar a prestação de serviços inadequados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**9.9.** Registrar, para posterior correção por parte da CONTRATADA, as falhas detectadas na execução dos serviços, anotando devidamente as ocorrências que julgar necessárias.

**9.10.** Fica reservado à CONTRATANTE o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto designados.

**9.11.** À CONTRATANTE é facultado introduzir modificações consideradas imprescritíveis aos serviços, objeto desta contratação, antes e durante a execução destes.

**9.12.** Entregar os cartões eletrônicos aos beneficiários.

**9.13.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste ajuste.

**9.14.** Realizar qualquer retenção de impostos ou tributos devidos.

**9.15.** Observar os princípios que regem os contratos administrativos, especialmente os da lealdade, boa-fé, transparência, cooperação e supremacia do interesse público.

<b>10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL</b>
---

**10.1.** A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual de **3% (três por cento)** do valor do contrato, podendo ser feita em uma das modalidades: Fiança bancária; Seguro-garantia ou Caução em dinheiro.

**10.2.** A garantia deverá incluir cobertura de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, inclusive decorrentes de relações de trabalho, acidentes de trabalho, bem como custos e honorários advocatícios, danos e indenizações que envolvam empregados do tomador dos serviços, do prestador dos serviços ou de terceiros envolvidos. O seu prazo deverá abranger o período integral da vigência do contrato e/ou da prestação dos serviços.

**10.3.** Caso haja prorrogação contratual e/ou reajuste no valor dos serviços, o valor da garantia deverá ser atualizado, cabendo à CONTRATADA apresentar a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

complementação da garantia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do respectivo termo aditivo, nas mesmas condições do contrato.

**10.4.** Na hipótese de extinção contratual, o CONTRATANTE poderá recorrer à garantia constituída para ressarcimento de prejuízos que a CONTRATADA tiver acarretado, devoluções de quantias que forem de propriedade da CONTRANTE, ou ainda para quitação de sanções pecuniárias eventualmente aplicadas à CONTRATADA quanto a este ajuste.

**10.5.** Se a CONTRATADA optar pela modalidade caução em dinheiro, deverá efetuar o depósito do valor indicado em caderneta de poupança, devendo o comprovante da transação ser apresentado ao Departamento de Gestão de Contratos.

**10.6.** Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, títulos da dívida pública ou fiança bancária, serão observados os seguintes procedimentos:  
I – a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de Gestão de Contratos a apólice do seguro garantia ou carta de fiança bancária correspondente ao valor indicado;

II – a aceitação de títulos da dívida pública ficará condicionada à verificação com o Banco Central do Brasil ou órgão emissor sobre sua exequibilidade e validade;

III – o seguro-garantia somente será aceito se contemplar todos os eventos indicados nos adiante e continuará em vigor mesmo se a contratada não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**10.7.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II – Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III – multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**10.8.** A garantia será considerada extinta nos seguintes casos:

I – com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II – após o término da vigência do contrato.

**10.9.** O CFTA não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I – caso fortuito ou força maior;

II – Alterações unilaterais;

III – descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração.

**10.10.** É obrigação da CONTRATADA notificar a respectiva seguradora acerca de eventuais modificações contratuais que possam impactar na garantia.

**10.11.** A modalidade de garantia apresentada pela CONTRATADA será formalizada por meio de apostila. Caso haja alteração da modalidade de garantia durante a vigência contratual, sua formalização observará o mesmo procedimento.

**10.12.** Cumprido o contrato por ambas as partes sem que subsistam pendências que dependam da execução da garantia contratual, esta será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a formalização de extinção do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pela caderneta de poupança a partir da data do depósito.

**10.13.** Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

I – a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e

II – a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA.

<b>11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE</b>
--

**11.1.** O valor contratado será fixo e irrealizável pelo prazo de 12 (doze) meses.

**11.2.** Decorrido o prazo indicado, será admitido o reajuste mediante a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), acumulado nos últimos 12 (doze) meses ou outro índice oportunamente convencionado pelas partes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**11.3.** Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

**11.4.** Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

<b>12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E SANÇÕES</b>
--

**12.1.** Caberão aos gestores e fiscais designados pela CONTRATANTE promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no artigo 117 e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, assegurada a distinção das atividades.

**12.3.** Caberá ao gestor do contrato e, eventualmente, ao seu substituto:

**12.3.1.** coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, conforme o caso;

**12.3.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

**12.3.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**12.3.4.** coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato;

**12.3.5.** coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos atos;

**12.3.6.** elaborar o relatório final com as informações obtidas durante a execução do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**12.3.7.** coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

**12.3.8.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, conforme o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações contratuais;

**12.3.9.** realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato;

**12.3.10.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções contratuais.

**12.4.** Caberá ao fiscal do contrato e, eventualmente, ao seu substituto:

**12.4.1.** prestar apoio técnico, operacional e administrativo ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho, pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

**12.4.2.** verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos pertinentes;

**12.4.3.** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**12.4.4.** atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**12.4.5.** auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

**12.4.6.** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

**12.4.7.** informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**12.4.8.** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**12.4.9.** fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

**12.4.10.** comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

**12.4.11.** auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

**12.4.12.** realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências necessárias.

**12.5.** A Gestão e a Fiscalização terão, dentre outras, as seguintes atribuições:

**12.5.1.** Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos trabalhos.

**12.5.2.** Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões que sejam efetivamente necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

**12.5.3.** Exercer controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando ou não os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.

**12.5.4.** Analisar e aprovar os serviços executados, em relação ao previsto neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta.

**12.5.5.** Analisar e dar a devida tramitação às medições emitidas pela CONTRATADA.

**12.5.6.** Receber provisoriamente e definitivamente os serviços, verificando o atendimento das especificações previamente definidas.

**12.5.7.** Registrar a ocorrência de irregularidades, infrações contratuais e adotar os procedimentos para verificação e aplicação de penalidade.

**12.6.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência destes, não haverá corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, nos termos do previsto no artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**12.7.** Comete infração administrativa contratual a CONTRATADA que:

- 12.7.1.** Der causa à inexecução, total ou parcial, do contrato e seus aditivos, independente dos danos causados;
- 12.7.2.** Deixar de respeitar os princípios que regem o presente contrato;
- 12.7.3.** Deixar de honrar com qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.7.4.** Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado;
- 12.7.5.** Prestar declaração ou documentação, materialmente ou ideologicamente, falsa;
- 12.7.6.** Cometer fraudes de qualquer natureza;
- 12.7.7.** Comportar-se modo inidôneo;
- 12.7.8.** Praticar qualquer ato que viole o interesse público e/ou os direitos da CONTRATANTE;
- 12.7.9.** Praticar qualquer ato seja vedado pelo ordenamento jurídico vigente.

**12.8.** Constituem infrações, além das definidas neste contrato, aquelas definidas na Lei n. 14.133/2021.

**12.9.** Constata qualquer das infrações anunciadas, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções de:

- 12.9.1.** Advertência;
- 12.9.2.** Multa moratória e/ou Compensatória;
- 12.9.3.** Suspensão ou Impedimento de licitar e contratar;
- 12.9.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**12.10.** A advertência será aplicada por faltas consideradas leves, entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE, e possuirão a finalidade de prevenir a ocorrência de novas infrações.

**12.11.** A multa será pecuniária, podendo assumir natureza moratória e/ou compensatória, dentro dos limites indicados no §3º do art. 156, da Lei 14.133/2021.

- 12.11.1.** Em se tratando de atraso injustificado, a multa moratória será aplicada considerando-se 0,5% (cinco décimos por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 12.11.2.** A multa, quando compensatória, terá como menor valor o *quantum* de 10% e teto de 30% do valor atualizado do contrato, devendo ser justificado nos autos o percentual aplicado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**12.11.3.** As multas são autônomas e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, assim como a incidência de multa moratória não afasta a incidência de multa compensatória.

**12.11.4.** As multas não possuem natureza indenizatória e o seu pagamento não ilide a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE.

**12.12.** As penalidades pecuniárias poderão ser deduzidas do valor a ser pago pela CONTRATANTE e, excepcionalmente, serão pagas pela CONTRATADA em apartado, no prazo de dez dias úteis, contados do trânsito em julgado da decisão pela aplicação da penalidade.

**12.13.** Para dosimetria das sanções, serão considerados a necessidade e adequação da medida a ser aplicada de forma razoável e proporcional, sopesando-se a gravidade da infração, os danos que dela provierem, eventuais circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como a finalidade preventiva, a fim de que não ocorram novas infrações, em conformidade com o previsto no art. 156, §1º, da Lei 14.133/2021, sem prejuízo do disposto no artigo 22 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

**12.14.** A aplicação de qualquer das penalidades aqui descritas, inclusive a advertência, assegurará o prévio contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**12.15.** Para aplicação das penalidades de advertência e multa moratória (mora), será adotado o seguinte procedimento:

**12.15.1.** Verificada a ocorrência da infração contratual, o fiscal do contrato, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, enviará notificação à CONTRATADA discorrendo sobre a irregularidade verificada e alertando sobre possível aplicação de penalidade, a fim de que esta, caso queira, apresente manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

**12.15.2.** A notificação de aplicação de penalidade poderá ser encaminhada à CONTRATADA por meios eletrônicos ou por carta com aviso de recebimento. Se adotada a modalidade eletrônica, a contagem do prazo de resposta se iniciará com a confirmação de recebimento pela CONTRATADA.

**12.15.3.** Decorrido o prazo para defesa de 05 (cinco) dias úteis contados da data do envio, decairá o direito da CONTRATADA se manifestar, sendo registrado





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

nos autos a inércia e, na sequência, será proferida decisão pela aplicação de sanção pela autoridade competente.

**12.15.4.** Prolatada a decisão pela aplicação da penalidade, caberá recurso administrativo pela CONTRATADA, no prazo decadencial de 5 (cinco) dias úteis, após, será reconhecido o trânsito em julgado da decisão e imediatamente iniciado o cumprimento da decisão sancionadora.

**12.15.5.** O recurso da CONTRATADA terá efeito suspensivo.

**12.15.6.** Caberá à CONTRATADA o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da CONTRATADA em aplicar as penalidades cabíveis.

**12.15.7.** A qualquer momento o fiscal do contrato poderá solicitar documentos à CONTRATADA ou promover diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos.

**12.15.8.** Após as diligências necessárias, o fiscal do contrato, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, fará recomendação, por escrito, da penalidade a ser aplicada, a qual será submetida à análise pela Diretoria do órgão, que emitirá decisão pelo acatamento ou afastamento da penalidade, em obediência ao previsto nos artigos 117 e 123 da Lei 14.133/2021.

**12.16.** O procedimento para aplicação de multa moratória depende de notificação prévia do CONTRATADO para manifestação e garantia do contraditório no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, enquanto a hipótese de aplicação de multa compensatória terá prazo de resposta de 15 (quinze) dias úteis.

**12.17.** As sanções de impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade, observarão o previsto no artigo 158 da Lei 14.133/2021.

**12.18.** Todas as penalidades aplicadas ficarão registradas nos autos, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e importarão em reincidência.

**12.19.** Procedimentos de aplicação de pena não mencionados neste Contrato observarão as disposições da Lei 14.133/2021 e subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

<b>13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS</b>
--





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** Nas hipóteses das alterações UNILATERAIS pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões qualitativos e quantitativos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**13.2.1.** A atualização prevista no item anterior deverá ser realizada mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre o valor originariamente contratado. O valor atualizado servirá como base de cálculo para a apuração dos percentuais de acréscimo ou supressão, ainda que os preços originalmente ofertados pelo contratado não tenham sido reajustados (Parecer 00005/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU).

**13.2.2.** Os percentuais de acréscimo ou supressão deverão ser considerados de forma isolada sobre o valor atualizado do contrato (Orientação Normativa nº 50/2014 AGU e TCU, Acórdão 1.536/2016).

**13.3.** As alterações contratuais celebradas CONSENSUALMENTE **poderão exceder o limite previsto na cláusula acima**, devendo ser firmado o respectivo aditivo contratual estabelecendo os novos termos do ajuste, a teor do artigo 91 da Lei nº 14.133/2021.

<b>14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA</b>
--

**14.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

**14.1.1.** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;

**14.1.2.** sejam mantidas todas as condições previstas neste Contrato e seus documentos integrantes (Termo de Referência e Proposta);

**14.1.3.** Não haja prejuízo de qualquer ordem à CONTRATANTE.

**14.2.** Caso haja manutenção integral do Contrato por parte da nova pessoa jurídica, poderá ser realizada simples apostila, em conformidade com o art. 136 da Lei 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**14.3.** Ocorrendo alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA sem que a CONTRATANTE tenha sido previamente notificada, o contrato poderá ser extinto, respeitadas as regras previstas no capítulo de extinção deste instrumento.

**14.4.** Fica vedada a sub-rogação ou transferência do objeto contratado para terceiros, sem que tenha se operado, formalmente e juridicamente, a modificação societária respectiva.

<b>15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO</b>
---

**15.1.** O contrato poderá ser extinto pelo cumprimento de seu objeto, do seu termo, ou por provocação de uma das partes.

**15.2.** Constituirão motivos para a extinção do contrato, devendo ser formalmente motivado, assegurado o contraditório e ampla defesa, o seguinte rol exemplificativo de situações:

**15.2.1.** Inexecução total ou parcial dos serviços.

**15.2.2.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias, de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**15.2.3.** desatendimento das determinações emitidas pela CONTRATANTE;

**15.2.4.** abandono injustificado, caracterizado pela inércia da CONTRATADA em prestar os serviços, ou de prestar esclarecimentos, mesmo após provocação do CONTRATANTE;

**15.2.5.** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**15.2.6.** decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**15.2.7.** caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

**15.3.** A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão contratual, apresentando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, justificativa e ferramentas para mitigar eventuais riscos advindos da rescisão.

**15.3.1.** CLÁUSULA PENAL - Caso a CONTRATADA dê causa à rescisão sem observância do prazo previsto, arcará com multa convencional e irredutível de 03 (três) vezes o valor do último pedido regular em vigor à época, sem prejuízo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

de outra sanção ou necessidade de composição de outros danos decorrentes da rescisão.

**15.3.2.** Desrespeitado o prazo previsto, a cláusula penal poderá ser afastada por decisão do CFTA, desde que a CONTRATADA:

- a) Tenha apresentado manifestação devidamente justificada, ancorada em motivações razoáveis; e
- b) não resulte em prejuízos ao CFTA e demais envolvidos.

**15.3.3.** Em qualquer caso, deverá ser apresentado pela CONTRATADA o competente plano de finalização das atividades.

**15.3.4.** As multas decorrentes da rescisão poderão ser pagas por meio da execução da garantia contratual fornecida e, se esta for insuficiente, o valor saldo devedor deverá ser pago diretamente ao CONTRATANTE.

**15.4.** Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir que o CONTRATADO prossiga na execução dos serviços por até 60 (sessenta) dias após a rescisão.

**15.5.** Toda extinção contratual, em qualquer dos casos, será precedida de relatório final, indicando:

- 15.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.5.3.** Eventuais valores a serem devolvidos ao CONTRATANTE;
- 15.5.4.** Previsão de Indenizações e multas, se incidentes à espécie;
- 15.5.5.** Informação final indicando se a prestação dos serviços foi satisfatória ou não.

**15.6.** Demais formas de extinção do contrato serão motivadas e observarão as regras previstas no Capítulo VIII da Lei 14.133/2021.

**15.7.** A CONTRATADA estará sujeita às penalidades contidas no Edital e seus anexos, que são incorporados nesta celebração contratual, e àquelas previstas na Lei 14.133/2021, incluída a multa moratória tratada no art. 162 da citada Lei.

<b>16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONFIDENCIALIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS</b>
--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**16.1.** Para adequação à Lei Federal nº 13.709/2018, ficam estabelecidos termos e condições aplicáveis ao tratamento dos dados controlados pelo CONTRATANTE e compartilhados com o CONTRATADO para fins de execução deste contrato.

**16.2.** Para fins do presente Instrumento, aplicam-se as seguintes definições relacionadas à proteção de dados pessoais:

**16.2.1.** Controlador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões em relação ao tratamento de dados pessoais;

**16.2.2.** Operador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

**16.2.3.** Encarregado: pessoa nomeada para atuar como meio de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

**16.2.4.** Titular: pessoa física a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

**16.2.5.** Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, quer sejam em meios físicos ou digitais;

**16.2.6.** Dado pessoal: informação que identifica ou torna identificável uma pessoa física;

**16.2.7.** Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

**16.3.** As Partes obrigam-se a observar a privacidade das informações dispostas neste Instrumento, com vistas a Legislação Vigente, comprometendo-se a manter em sigilo e proteger os dados pessoais fornecidos em razão deste, exceto nos casos em que seja obrigado por lei a revelar as informações protegidas, em consonância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**16.4.** As partes, ambas na função de controladoras nos termos do artigo 5º, VII, da LGPD, se comprometem a adotar todas as medidas cabíveis para proteção dos dados pessoais tratados unicamente em decorrência do presente contrato, utilizando e armazenando tais dados apenas no estrito cumprimento do escopo do presente instrumento e a CONTRATADA somente poderá compartilhar dados com terceiros com prévia autorização da CONTRATANTE, sendo a realização das atividades pela CONTRATADA viabilizada através de informações que são com ela compartilhadas pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

CONTRATANTE, que incluem os dados pessoais coletados dos colaboradores, para o que declara ter autorização expressa para tanto.

**16.5.** Em consonância com a Lei no 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – os colaboradores da CONTRATADA deverão tomar as medidas cabíveis a fim de assegurar que os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE sejam acessados e/ou tratados somente por pessoas que necessitem dessas informações, na realização de suas tarefas, e que sejam coletados apenas dados estritamente necessários à realização do objeto contratual, em especial em relação aos dados classificados como sensíveis pela LGPD.

**16.6.** As partes deverão guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados, limitado o uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste instrumento, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da outra parte, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

**16.7.** As partes deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

**16.8.** As partes se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

**16.9.** As partes ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

**16.10.** As partes darão conhecimento formal a seus empregados/servidores e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade realizada no bojo do cumprimento do presente contrato.

**16.11.** AS PARTES comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

identificável (“Dados Pessoais”) vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 (“Lei do Cadastro Positivo”), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (“Lei de Acesso à Informação”) e Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 (“Decreto Comércio Eletrônico”), conforme aplicável.

**16.12.** Além destas obrigações, a CONTRATADA também deverá:

**16.12.1.** Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

**16.12.2.** Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a CONTRATANTE em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

**16.12.3.** Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (“Tratamento”) resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

**16.12.4.** Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do CONTRATO, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

**16.12.5.** Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

**16.12.6.** Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente CONTRATO com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

**16.12.7.** Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

**16.12.8.** A CONTRATADA não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente CONTRATO, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**16.12.9.** Comunicar a CONTRATANTE imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente CONTRATO.

**16.13.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da CONTRATANTE ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste CONTRATO será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à execução deste objeto.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Brasília/DF, como competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** O contrato não será prestado em regime de exclusividade.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**20.2.** Não será permitida a subcontratação.

**20.3.** Integram o presente contrato o Edital e seus anexos.

**20.4.** Prazos não discriminados para atos específicos considerar-se-á como sendo de até 5 (cinco) dias úteis.

**20.5.** A assinatura deste Contrato implica a concordância da CONTRATADA com a todos os documentos que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças.

**20.6.** Em total consonância com as boas práticas vigentes, sobretudo em atendimento aos princípios da sustentabilidade, eficiência e economia processual, nos termos do Decreto Federal nº 8.539/2015, as correspondências entre CONTRATANTE e a CONTRATADA (prepostos e representantes legais) serão, preferencialmente, formalizadas por meios eletrônicos, sendo premente a imediata necessidade de informar os contatos eletrônicos quando da assinatura deste Contrato.

**20.7.** O CONTRATADO garante que, na data da assinatura do presente termo, conta com todas as permissões, licenças e autorizações necessárias para a prestação do serviço, comprometendo-se a mantê-las válidas e renová-las sempre que necessário, até o fim deste contrato. O CONTRATANTE poderá requerer ao CONTRATADO, a qualquer momento, cópias desses documentos, comprometendo-se o CONTRATADO a fornecer tais cópias quando requerido.

**20.8.** A omissão ou tolerância, por qualquer das partes, em demandar o pleno cumprimento dos termos e condições deste contrato, não deverá ser considerada como novação ou renúncia dos direitos estabelecidos neste instrumento, os quais poderão ser plenamente exercitados a qualquer tempo.

**20.8.1.** As partes reconhecem que, em razão do objeto deste contrato, poderão realizar atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) e declaram que, no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, cumprirão os ensinamentos da Lei 13.709/2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**20.8.2.** As partes obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive frente a licenciamento ou operação de programas/sistemas que se façam necessários para a execução deste contrato.

**20.9.** As partes não responderão uma perante a outra, nem se considerará que cometeram uma violação às cláusulas do presente contrato, por inadimplemento ocasionado por caso fortuito ou de força maior, tais como terremoto, incêndio, guerra ou qualquer outra causa fora de controle razoável dessas partes. A parte afetada por um evento de caso fortuito ou de força maior deverá notificar à outra por escrito imediatamente, incluindo informações sobre o evento, devendo envidar seus maiores esforços para retomar o cumprimento deste contrato tão logo possível seja.

**20.10.** As PARTES obrigam-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, e inovações ou aperfeiçoamentos, com o intuito de não infringir quaisquer direitos autorais, de patente, segredo comercial ou outros direitos de propriedade intelectual da PARTE contrária de que venha a ter conhecimento ou acesso, em razão do presente contrato. A obrigação de confidencialidade ora estabelecida será válida por um período de 02 (dois) anos após a rescisão do presente instrumento, sob qualquer forma e por qualquer razão.

**20.11.** Aplica-se ao presente contrato, em especial aos casos omissos, as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

**20.12.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

E, por estarem as partes sob mútuo acordo, assinam este Contrato para a condução dos seus efeitos legais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

Local e Data

---

**CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS**

CNPJ: 35.438.630/0001-27

**Mário Limberger**

Presidente

CPF nº 172.815.980-68.

---

**CONTRATADO**

CNPJ: XXXX

Representante legal

Cargo

CPF nº 108.182.997-46